



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBA

LEI N.º 385, DE 02 DE JANEIRO DO 2013.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução do orçamento para o exercício financeiro de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SATUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I

**SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta lei estabelece, em cumprimento ao artigo 165 §2º da Constituição Federal e as determinações da lei nº 101 de 04 de maio de 2000, as diretrizes para elaboração dos orçamentos para o exercício financeiro de 2013, compreendendo:

I – as diretrizes, objetivos e metas da administração para o exercício proposto, em conformidade com o plano plurianual;

II – a estrutura, organização e diretrizes para a execução e alterações dos orçamentos do Município;

III – as disposições relativas às despesas com pessoal;

IV – as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

§ 1º - fazem parte integrante desta Lei os seguintes documentos:

- a) Anexo I – Metas e Prioridades da Administração para 2013;
- b) Anexo II – Estimativa de arrecadação para 2013/2015;
- c) Anexo III – Meta de resultado Primário para 2013/2015;
- d) Anexo IV – Meta de resultado Nominal para 2013/2015;
- e) Tabela 1 – Metas Fiscais Anuais em valores correntes e constantes para 2013/2015
- f) Tabela 2 – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício de 2011;
- g) Tabela 3 – Metas fiscais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores a 2012;
- h) Tabela 4 – Evolução do patrimônio no período de 2009 2011;
- i) Tabela 5 – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- j) Tabela 8 – Estimativa e compensação da renúncia da receita;
- l) Tabela 9 – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado DOCC;
- m) Tabela 10 – Anexo de riscos fiscais e providências;
- n) Anexo V – Metodologia de Cálculo da Estimativa da Arrecadação para 2013/2015.

§ 2º - os documentos previstos no § 1º deste artigo foram elaborados com base na Portaria STN n 407 de 20 de junho de 2011.